

**Discurso do Sr. Chanceler Argentino Héctor Timerman no evento comemorativo
aos 20 anos da ABACC no Palácio San Martín**

Julho 2011

(Fornecido pela MRECIC-DIGAN)

Senhor Chanceler da República Federativa do Brasil,
Embaixador Antonio Patriota,
Senhor Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica,
Dr. Yukiya Amano,
Senhor Secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de
Materiais Nucleares,
Dr. Odilon Marcuzzo do Canto,
Membros do Corpo Diplomático credenciado em Buenos Aires,
Ministros do Poder Executivo e autoridades nacionais,
Membros do Poder Legislativo,

Senhoras e Senhores

Estou convencido de que os historiadores que se ocuparem de nossa região definirão nossos tempos como a era da integração latino-americana. Já em 1810, os patriotas de então acumularam mais frustrações que alegrias com a questão e, no que diz respeito ao Brasil, a rivalidade hispano-lusitana anterior à independência trasladou-se às relações entre as jovens nações sul-americanas.

Em meu contato acadêmico com as Relações Internacionais, pude comprovar como os estudiosos estrangeiros abordam o Cone Sul, tomando como eixo uma corrida nuclear entre argentinos e brasileiros. Muitos anos mais tarde, já como Embaixador argentino em Washington, constatei em várias oportunidades, muitas delas conjuntamente com o então Embaixador brasileiro junto à Casa Branca, Antônio Patriota, a enorme dimensão que ambos os países conservavam no contexto internacional, no campo nuclear, embora agora com base em uma visão associativa.

Hoje a democracia argentina desmantelou a absurda construção de segurança regional baseada na acumulação de regimentos nas fronteiras e cientistas argentinos concebem reatores para eventual uso no Brasil. É motivo de sobra para recordar o vigésimo aniversário da criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais nucleares (ABACC).

Nós, argentinos, saímos do período mais negro de nossa vida institucional, conscientes dos infortúnios que acompanham as aventuras militares, convencidos também de que o caminho da desconfiança, da competição e da confrontação era o pior de todos. Seguiram-se, então, as Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear de Foz do Iguaçu, Brasília, Viedma e Iperó, o Comunicado Conjunto de Buenos Aires de julho de 1990 e a Declaração sobre Política Nuclear Comum Argentino-Brasileira de Foz do Iguaçu, de novembro do mesmo ano.

Nessa nova direção, o Acordo de Guadalajara e as decisões ali contidas, incluindo a criação de uma agência de contabilidade e controle de materiais nucleares, representaram um salto qualitativo estratégico sem precedentes. Desde então, é apresentado como um dos exemplos de maior sucesso de medida de fomento de confiança no âmbito da não-proliferação bilateral.

Em um passo imediatamente posterior, o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA firmaram um Acordo Quadripartite para integrar os controles internacionais à estrutura política regional criada. Anos depois, aderiram ao Tratado de Tlatelolco e ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

A estratégia que a Argentina e o Brasil seguiram é um exemplo de como a criatividade e a vontade política podem abordar temas de segurança regional e encontrar uma solução pacífica, mantendo o direito de ambos os países a desenvolver a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear com fins pacíficos, bem como a preservação de seus segredos industriais, tecnológicos e comerciais.

O acordo histórico firmado há 20 anos constituiu-se, em pouco tempo, no eixo em torno do qual se articulou um processo de integração regional baseado na confiança e no respeito mútuo, que foi avançando para incluir cada vez mais aspectos das relações

entre nossos povos. É a pedra angular do posicionamento estratégico da Argentina na América do Sul e no mundo. Aí reside a importância que este aniversário tem para meu país.

Entre os presentes encontram-se muitos argentinos que dedicaram suas vidas à indústria nuclear nacional. Eles, como ninguém, podem dar o testemunho de que, lado a lado com a recuperação econômica levada adiante a partir de 2003, nosso governo priorizou o desenvolvimento nuclear apoiado na construção e recuperação de centrais, respaldou a exportação de tecnologia e recuperou a pesquisa em áreas críticas do setor. Ao mesmo tempo, participamos ativamente na elaboração de políticas internacionais sobre não-proliferação, com a esperança de concretizar algum dia o sonho de viver em um planeta livre de armas nucleares.

A Argentina tem como norte a integração nuclear regional, que se projeta não só na verificação, mas agora com base na cooperação, espaço em que imaginamos uma ABACC em permanente fortalecimento. Por isso, na Declaração de San Juan, de agosto de 2010, os Chefes de Estado de nossos países instruíram o Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) Argentino-Brasileiro, criado em 1985 e em cujo seio gestou-se a Agência, a promover um exame do funcionamento da ABACC.

O presente ano de 2011 foi testemunha de importantes avanços no status internacional da ABACC. Por um lado, a ABACC começou a participar, em caráter de Observador, das reuniões da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica. Por outro lado, há menos de duas semanas, o Grupo de Supridores Nucleares estabeleceu novos requisitos para a transferência das tecnologias mais avançadas no campo nuclear e reconheceu, em uma decisão sem precedentes, a pertinência da ABACC como critério alternativo ao cumprimento desses requisitos.

Estamos decididos a continuar apoiando a ABACC para que, nas diferentes instâncias internacionais, especialmente na Agência Internacional de Energia Atômica, cujo Diretor-Geral hoje nos honra com sua presença, continue-se reconhecendo o papel jurídico e político exemplar da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle na arquitetura da não-proliferação, da paz e da segurança regional e universal.

Muito obrigado.

